



Minutas | Ordens judiciais | Contatos de I. Financeira | Relatórios Gerenciais | Ajuda | Sair

Visualização dos Dados do Bloqueio de Valores Original

 Clique [aqui](#) para obter ajuda na configuração da impressão, e clique [aqui](#) para imprimir.

Dados do bloqueio	
Número do Protocolo:	20140001519496
Data/Horário de protocolamento:	26/05/2014 17h53
Número do Processo:	0153130122895
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA MINAS GERAIS
Vara/Juízo:	18902 - 1ª Vara Cível
Juiz Solicitante do Bloqueio:	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exequente da Ação:	
Nome do Autor/Exequente da Ação:	Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado	Valor a Bloquear	Contas e Aplicações Financeiras Atingidas
99.913.916-34 :RICARDO ALDO DIAS	12.905,92	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
193.644.076-87 :FAUSTO SEVERINO DE CASTRO	14.858,48	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
927.299.836-00 :MICHELANGELO DE MELO CORREA	23.148,44	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
331.652.706-00 :JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELI	15.064,32	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
113.290.766-72 :JOAO DO CARMO LIMA	34.952,00	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
411.175.906-82 :SERGIO LUIZ	19.511,40	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
334.086.456-04 :FERNANDO RODRIGUES DO AMARAL	35.005,28	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.

Voltar



2768
m

Processo nº 0153.13.012289-5

Vistos, etc.

Diante da existência de saldos irrisórios, dê-se vista ao Ministério Público, pelo prazo de 10 (dez) dias, para requerer o que entender de direito.

Intimem-se. Cumpra-se.

Cataguases, 04 de junho de 2014.

Eduardo Rabelo Thebit Dolabela

Juiz de Direito

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

RECEBIMENTO

Em 09 de 06 de 2014.
recebi os presentes autos.

O(A) Escrivão(a)

for

M



Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique [aqui](#) para obter ajuda na configuração da impressão, e clique [aqui](#) para imprimir.

Dados do bloqueio

Situação da Solicitação:	Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20140001519496
Número do Processo:	0153130122895
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA MINAS GERAIS
Vara/Juízo:	18902 - 1ª Vara Cível
Juiz Solicitante do Bloqueio:	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exequente da Ação:	
Nome do Autor/Exequente da Ação:	Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados [clique aqui](#).
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados [clique aqui](#).

113.290.766-72 - BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Respostas

BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	34.952,00	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo: 907,60	907,60	27/05/2014 20:45
Ação	-			Valor		

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

193.644.076-87 - BCO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Respostas

BCO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	14.858,48	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	27/05/2014 00:54

2764

BacenJud 2.0

Nenhuma ação disponível

BCO MERCANTIL DO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	14.858,48	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	26/05/2014 21:35

Nenhuma ação disponível

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

331.652.706-00 -

Respostas

BCO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	15.064,32	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 11.569,56	11.569,56	27/05/2014 06:28

Ação

Valor

BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	15.064,32	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 8.899,30	8.899,30	27/05/2014 20:45

Ação

Valor

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	15.064,32	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 1.612,53	1.612,53	27/05/2014 03:29

Ação

Valor

BCO BRADESCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente	Data/Hora Cumprimento
---------------------	---------------	------------------	-------------	-----------------	------------------------------	-----------------------

26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	15.064,32	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	(R\$) 0,00	26/05/2014 19:27
Nenhuma ação disponível						
Não Respostas						
Não há não-resposta para este réu/executado						

334.086.456-04 - 334.086.456-04

Respostas						
BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	35.005,28	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 79,77	79,77	27/05/2014 20:45
Ação				Valor		

BCO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	35.005,28	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	27/05/2014 06:28
Nenhuma ação disponível						

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	35.005,28	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	26/05/2014 22:52
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas						
Não há não-resposta para este réu/executado						

411.175.906-82 - 411.175.906-82

Respostas						
CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	19.511,40	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 56,88	56,88	27/05/2014 03:29

<https://www3.bcb.gov.br/bacenjud2/excluirMinutaAlteracaoOrdemBloqueio.do?method=excluirMinutaAlteracaoOrdem&token=1401905829791>

3/7



Número do documento: 21101316492718500006314405397

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21101316492718500006314405397>

Assinado eletronicamente por: LUCIANO DE MORAES BORGES - 13/10/2021 16:49:27

Num. 6315948029 - Pág. 4

26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	RABELO THEBIT DOLABELA	23.148,44	insuficiência de saldo. 3,10	3,10	27/05/2014 20:45
Ação -			Valor			
BCO SANTANDER/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	23.148,44	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 0,43	0,43	27/05/2014 05:30
Ação -			Valor			
BCO BRADESCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	23.148,44	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	26/05/2014 19:27
Nenhuma ação disponível						
CADIA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas						
Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	23.148,44	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	27/05/2014 03:29
Nenhuma ação disponível						
Não Respostas						
Não há não-resposta para este réu/executado						

Reiterar Não Respostas

Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência	
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	-
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:	Usar IF e agência padrão
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:	
Tipo de Crédito Judicial:	

<https://www3.bcb.gov.br/bacenjud2/excluirMinutaAlteracaoOrdemBloqueado.do?method=excluirMinutaAlteracaoOrdem&token=1401905829791>

6/7



Código de Depósito Judicial:

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema: EJUBN. EDOLABELA

Conferir Ações Seleccionadas

Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem

Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

2772
30





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

Comarca de Cataguases - 1ª Vara Cível
Processo nº 0122895-98.2013.8.13.0153
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
REQUERIDO: ANTONIO BATISTA PEREIRA E OUTROS
AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

FORUM CATAGUASES 3725

26/02/21 13:50

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por seu Promotor de Justiça que esta subscreve, nos autos do processo de **AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA** que move em face de **ANTONIO BATISTA PEREIRA E OUTROS**, já qualificados, vem apresentar manifestação, fazendo-o nos seguintes termos:

Consoante documentado nos autos, os réus **JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELLI** e **JOÃO DO CARMO LIMA** manifestaram interesse na realização de Acordo de Não Persecução Cível, na forma do permissivo legal inscrito no artigo 17, §1º, da Lei n.º 8.429/1992.

Nesta senda, uma vez notificados extrajudicialmente, os requeridos compareceram nesta Promotoria, sendo formalizado o respectivo Acordo de Não Persecução Cível, onde se estabeleceu as seguintes sanções:

- i) Ressarcimento integral do dano experimentado pelo erário municipal;
- ii) Multa civil;
- iii) Suspensão dos Direitos Políticos.

Com efeito, uma vez observado os termos inscritos na resolução do Conselho Nacional do Ministério Público n.º179/2017, bem como na resolução do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

n.º003/2017, quadra submeter o termos dos acordos em anexo à homologação deste Juízo a fim de produzir os efeitos pactuados, promovendo-se seu respectivo cumprimento.

Ante o exposto, requer-se:

- i) A juntada dos acordos de não persecução cível *em anexo*, promovendo-se sua respectiva homologação judicial;
- ii) Uma vez homologado, seja oficiado a Justiça Eleitoral local comunicando a suspensão dos direitos políticos dos compromissários, nos termos da cláusula terceira do acordo.

Pede Deferimento.

Cataguases, 19 de fevereiro de 2021


Amanda Merlini Dutra Osipa
Promotora de Justiça





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: P1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL

Ação Civil de Improbidade n.º 0122895-98.2013.8.13.0153

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por meio da Promotora de Justiça atuante perante a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cataguases, Dra. Amanda Merlini Dutra Osipe, doravante denominado "COMPROMITENTE", de um lado, e, de outro, JOSÉ AUGUSTO GUERREIRO TITONELI, brasileiro, casado, servidor público, vereador, CPF nº 331.652.706-00, filho de Manoel Augusto Fomes Titoneli e Conceição Aparecida Guerreiro Titoneli, residente na rua Dr. Lobo Filho, nº 43, apto. 402, centro, Cataguases/MG, acompanhado de seu advogado LEANDRO RODRIGUES BOUZADA, OAB-MG n.º 133.460, doravante denominado "COMPROMISSÁRIO", resolvem, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n.º 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública), na forma da Resolução nº 179/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público e da Resolução nº 3/2017 do Conselho Superior do Ministério Público, firmar o seguinte Termo de Compromisso:

CONSIDERANDO que o artigo 127 da Constituição Federal dispõe que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da CRFB/88 dispõe que compete ao Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

1





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: P11CATAGUASES@MPMG.MP.BR



CONSIDERANDO que o artigo 37 da Constituição Federal dispõe que: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)";

CONSIDERANDO que o §4º, do artigo 37 da Constituição Federal, dispõe que: "Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível";

CONSIDERANDO que a Lei 7.347, de 24.07.1985, secundando a Constituição de 1988, em seu art. 5º, I, legitima o Ministério Público a propor a ação principal e a ação cautelar, bem como no § 6º do mesmo dispositivo define que os órgãos públicos legitimados - dentre os quais, naturalmente, o Ministério Público - poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial;

CONSIDERANDO que os princípios e as normas estatuídas pelo Código de Processo Civil de 2015 incorporaram mecanismos de autocomposição de conflitos, cuja diretriz eleva os poderes da ação resolutiva, superando-se a forma rígida, tradicional e única de realização dos direitos por meio da imposição estatal da sentença;

CONSIDERANDO que, sem embargo da indisponibilidade do interesse público, como qualidade imanente ao regime jurídico público, o Ordenamento Jurídico Brasileiro vem, progressivamente, positivando instrumentos de natureza consensual e premial no âmbito dos mais diversos ramos do direito público, especialmente na esfera do direito sancionador (direito administrativo sancionador e direito penal), criando verdadeiro microssistema, conforme segura doutrina do professor Diogo Moreira Neto:

 2 





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

2319
el
3319
+

O Direito que regula a Administração Pública, formal e materialmente considerada, carece de normas que incentivem, através de prêmios, os particulares à realização de determinados comportamentos. De igual modo, esse ramo jurídico necessita da força do consenso. Os acordos, a participação dos cidadãos, a administração consensual dos interesses públicos, tudo isso integra a nova realidade e o panorama do Direito Administrativo desse século. Porém, ao lado dessas normas premiais e consensuais, pensamos que persistem, fortes e revigoradas, as normas sancionatórias. Sem essa perspectiva sancionatória, muitos acordos não se celebrariam. Um acordo é mais facilmente travado ante a perspectiva de sancionamento de condutas reprováveis, porque uma das premissas que estimulam o consenso é a busca da mitigação ou eliminação dos possíveis prejuízos advindos da não celebração dos acordos. (MOREIRA NETO. Diogo de Figueiredo. Uma Avaliação das Tendências Contemporâneas do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Ed Renovar. 2003, p.318)

CONSIDERANDO que dentro desta posituação do direito consensual e premial no âmbito sancionador destacam-se os seguintes instrumentos: i) Compromisso de Cessação de prática lesiva no âmbito das infrações econômicas, firmado pelo CADE (artigo 85, da Lei nº 12.529/2011); ii) Acordo de Leniência no âmbito das infrações econômicas, firmado pelo CADE (artigo 86, da Lei nº 12.529/2011); iii) Acordo de Leniência no âmbito da prática de atos de corrupção contra a Administração Pública nacional e estrangeira (artigo 16, da Lei nº 12.846/2013); iv) Transação Penal no âmbito dos crimes de menor potencial ofensivo, facultando ao Ministério Público





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MG.BR

acordar junto ao acusado quanto a aplicação consensual de sanção penal restritivas de direito (artigo 76, da Lei nº 9.099/1995); v) Colaboração Premiada no âmbito dos crimes perpetrados no contexto de organizações criminosas, firmado pelo Ministério Público (artigo 4º, caput e §2º, da Lei nº 12.850/2013);

CONSIDERANDO que, em vista de tal evolução legislativa, houve recente alteração da redação do §1.º, do artigo 17, da Lei n.º 8.429/92, passando a admitir a formalização de acordo em caso de atos de improbidade, *in verbis*:

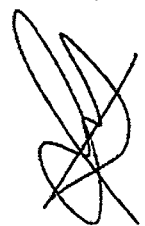

Art. 17.....

§ 1º As ações de que trata este artigo admitem a celebração de acordo de não persecução cível, nos termos desta Lei.

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, ao regulamentar o disposto no § 6.º do art. 5.º da Lei nº 7.347/1985 (termo de ajustamento de conduta), previu no §2.º, do artigo 1º, da Resolução nº179/2017 que: "§ 2º É cabível o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado";

CONSIDERANDO que o §3.º do artigo 5.º da referida Resolução dispõe que o "Compromisso de Ajustamento de Conduta tomado *na fase judicial será submetido à homologação do respectivo juízo, sem prejuízo de sua comunicação pelo órgão de execução ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de registro*";

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas Mineiro, em diversas decisões, reconheceu que as concessões de verbas de gabinete para fins de abastecimento de

 4 





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

carros particulares caracterizam majoração indevida da remuneração dos edis, em clara situação de enriquecimento pessoal, *in verbis*:

Nesse contexto, não há falar em 'instituição de quota mensal de fornecimento de combustível', porque tal quota configuraria, na prática, um acréscimo ao subsídio mensal estipulado aos Vereadores Municipais em contramão ao que determina a Constituição Federal.

É evidente, no entanto, que a instituição do subsídio não veda o pagamento aos agentes políticos de parcela de natureza indenizatória por uma 'aplicação pura e simples de um princípio geral de direito que impõe a quem quer que cause prejuízo a outrem o dever de indenizar'. Só que parcela indenizatória, que seria a compensação pecuniária de gastos efetuados pelo agente político no exercício de suas atribuições, pressupõe que tenha havido um gasto, que este gasto tenha sido devidamente comprovado e que a sua compensação se faça de acordo com esse valor comprovado, por meio de regular prestação de contas.

Nesse contexto, a simples estipulação de um valor fixo mensal que, pela sua natureza, não tem caráter indenizatório e, sim, remuneratório, significaria, frise-se, acréscimo inconstitucional ao subsídio mensal estipulado.

Ademais, a aludida "quota mensal" de combustível fere o interesse público e o inderrogável princípio da moralidade, insculpido no caput do art. 37 do Texto Constitucional, uma vez que não há como se comprovar que tal quota serviria, tão-somente, para o estrito exercício das funções legislativas.

Pelo exposto, entendo como inconstitucional o estabelecimento





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 – CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES – MG – CEP: 36770-060 – TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: P11CATAGUASES@MPMG.MG.BR


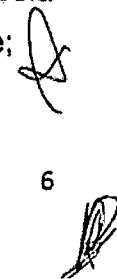
de quota mensal de combustível, nos termos do segundo quesito da consulta apresentada. (TCE-MG, Consulta nº 699.083, de 03/08/05, do Relator Conselheiro Simão Pedro Toledo)

CONSIDERANDO que o Ministério Público ingressou com ação de improbidade administrativa (processo n.º 0122895-98.2013.8.13.0153) em face do **COMPROMISSÁRIO**, tendo por objeto responsabilizá-lo em virtude da utilização indevida, na qualidade de Vereador, de verba pública de gabinete para fins de abastecimento de carros particulares, incidindo na tipologia da improbidade por enriquecimento pessoal, inscrita no artigo 9º, XI e XII, da Lei n.º 8.429/1992;

CONSIDERANDO que na referida demanda, conforme espelhado em laudo técnico contábil, apurou-se, em relação ao **COMPROMISSÁRIO**, uma enriquecimento pessoal na ordem de R\$3.766,08 (três mil, setecentos e sessenta e seis reais e oito centavos);

CONSIDERANDO que para fins de dosimetria das sanções a **Resolução CSMP n.º 03, de novembro de 2017**, ao regulamentar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Compromisso de Ajustamento de Conduta envolvendo hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, prevê que deverão ser observados os **princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência (art. 2, "caput")**, e que o **grau de censura da conduta do compromissário** deverá ser considerado para fins de definição das condições (art. 4.º, "caput");

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 12, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 8.429/1992, as cominações decorrentes do ato de improbidade administrativa podem ser aplicadas *isolada ou cumulativamente*, devendo a dosimetria se pautar pela *gravidade do fato, a extensão do dano e o proveito patrimonial obtido pelo agente*;


6 





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: P11CATAGUASES@MPMG.MP.BR

CONSIDERANDO que a Resolução CSMP n.º 03/2017 prevê, além da cessação do envolvimento do compromissário com o ato ilícito (art. 3.º, I), do compromisso de reparação integral do dano sofrido pelo erário (art. 3.º, II), e do estabelecimento de multa cominatória (art. 3.º, IV), a **necessidade de previsão de umas das condições previstas em seu art. 4.º;**

CONSIDERANDO que, em atenção aos parâmetros supracitados, bem como ao modelo de condenação estipulado na própria exordial, vislumbra-se, *in casu*, como cominações suficientes e adequadas a reprimir e, principalmente, prevenir os ilícitos apurados, a aplicação das seguintes medidas (inciso III, do artigo 12, da Lei n.º 8.429/1992:

- i) **ressarcimento integral do dano (enriquecimento pessoal), na ordem de R\$3.766,08 (três mil, setecentos e sessenta e seis reais e oito centavos);**
- ii) **pagamento de multa civil na fração de 3 (três) vezes o valor do enriquecimento, alcançando o montante de R\$11.298,24 (onze mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos);**
- iii) **suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 8 (oito) anos (renúncia ao direito de candidatar-se a cargos públicos eletivos, por 8 anos);**

CONSIDERANDO que os valores de ordem econômica atingem o montante global de R\$15.064,32 (quinze mil, sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos), e já encontram-se depositados em conta judicial a título de indisponibilidade desde o início da presente demanda, razão pela qual desnecessária nova atualização do montante





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: P11CATAGUASES@MPMG.MG.BR

devido, devendo a correção e juros do rendimento bancário decorrentes de depósito judicial serem revertidos em favor do Município de Cataguases, a título de acessórios;

**RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE COMPROMISSO
COM FORÇA DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL (art. 5º, §6.º da lei n.º
7.347/1985), MEDIANTE AS SEGUINTE CLÁUSULAS:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – O COMPROMISSÁRIO reconhece a prática dos fatos imputados na exordial (processo n.º 0122895-98.2013.8.13.0153), para fins exclusivos de responsabilização na esfera cível (improbidade administrativa).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A celebração do Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público não afasta eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no termo. (Artigo 2º, da Resolução n.º 003/2017, do CSMP-MG)

CLÁUSULA SEGUNDA – O COMPROMISSÁRIO se obriga a ressarcir ao Município de Cataguases o valor de R\$15.064,32 (quinze mil, sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos), a título de reparação em razão do enriquecimento indevido e multa civil, cujo total global depositado na conta judicial n.º 200111091106, Agência n.º 025-6, Banco do Brasil, em virtude da correção e rendimento bancário que incide desde a decretação da indisponibilidade, devem ser integralmente revertidos em favor do referido Ente Municipal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O ressarcimento do valor acima indicado será concretizado através da transferência bancária do valor total depositado na conta

8





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

judicial nº 200111091106, Agência n.º 025-6, Banco do Brasil para a conta bancária do Município de Cataguases;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O não pagamento do valor acordado implicará na incidência automática de multa de 20% sobre valor global inadimplido, correção monetária e juros legais de 1% ao mês;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Eventual multa aplicada nos termos do parágrafo anterior deverá ser paga mediante depósito bancário em favor do Fundo Especial do Ministério Público de MG –FUNEMP, na Conta Corrente nº 6167-0, do Banco do Brasil S.A., Agência nº 1615-2, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis (Artigo 18, Ato CGMP Nº 2, de 2 de janeiro de 2017).

CLÁUSULA TERCEIRA – Para os fins de implementação da sanção de suspensão dos direitos políticos, o COMPROMISSÁRIO renuncia expressamente ao direito de concorrer a todo e qualquer cargo público eletivo, pelo período de 8 (oito) anos, contados a partir da homologação judicial do acordo;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Homologado judicialmente a presente cláusula, a presente renúncia será comunicada à Justiça Eleitoral para fins de registro;

CLÁUSULA QUARTA – O COMPROMISSÁRIO se obriga a pagar proporcionalmente o valor despendido para fins de perícia técnica ministerial, no valor de R\$648,36 (seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos), efetuando a quitação mediante depósito bancário em favor do Fundo Especial do Ministério Público de MG –FUNEMP, na Conta Corrente nº 6167-0, do Banco do Brasil S.A., Agência nº 1615-2, a ser apresentada nos autos do processo n.º 0122895-98.2013.8.13.0153, no prazo de 05 (cinco) dias, após a sua homologação.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

CLÁUSULA QUARTA – O COMPROMISSÁRIO se obriga, doravante, em sua *atuação concreta* como agente público, a não utilizar verba pública para enriquecimento pessoal, em especial as relativas a verbas de natureza indenizatória, utilizando-as, exclusivamente, ao custeio de despendidos vinculados à função pública a ser desempenhada.

CLÁUSULA QUARTA – Este compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua homologação judicial e terá eficácia de **título executivo judicial**, inclusive com relação às cominações de multa, na forma do artigo 515, II, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA QUINTA - O foro competente para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Não Persecução Cível é o da comarca de Cataguases, Minas Gerais.

CLÁUSULA SEXTA – O presente acordo será submetido a homologação judicial nos autos da ação civil de improbidade administrativa n.º 0122895-98.2013.8.13.0153, com requerimento, após sua homologação e comunicação à Justiça Eleitoral, de extinção com resolução do mérito (art. 487, inciso III, "b", do CPC) em relação exclusivamente ao COMPROMISSÁRIO, não produzindo qualquer efeito em relação aos demais réus, e comunicado ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de registro (cf. art. 5.º, §3.º, da Resolução CSMP n.º03/2017).

CLÁUSULA SÉTIMA – Homologado judicialmente o termo, será instaurado procedimento administrativo nesta Promotoria de Justiça para acompanhar o cumprimento do acordo, cf. previsão art. 1.º, inciso IV, da Resolução Conjunta PGJ/CGMP n.º 1, de 28 de agosto de 2019.

10







MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

E, por estarem de acordo, firmam o presente termo de ajustamento de conduta a Promotora de Justiça Amanda Merlini Dutra Osipe, o COMPROMISSÁRIO e seu advogado.

Cataguases, 26 de janeiro de 2021.


AMANDA MERLINI DUTRA OSIPE
Promotora de Justiça - COMPROMITENTE


JOSÉ AUGUSTO GUERREIRO TITONELI
COMPROMISSÁRIO


LEANDRO RODRIGUES BOUZADA
OAB 133.460/MG

